

Gusmão defende a Lei de Greve e evita discussão com Pazzianotto

Citando o ex-Governador de Minas Gerais Milton Campos, o Ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, defendeu ontem a necessidade de fazer uma Nova República "mais da lei do que dos grupos de pressão", para explicar porque considera necessário aplicar a atual Lei de Greve, "por pior que seja, enquanto não for substituída por outra melhor".

Gusmão fez questão de ressaltar que, a seu ver, "pode-se dar mais do que a Lei garante, mas nunca menos do que ela exige", declarando-se favorável ao que qualificou de "hierarquia democrática e de disciplina consentida".

Convidado a falar sobre a aplicação da Lei nos movimentos grevis-

tas, no seminário "Os caminhos da retomada", logo após uma pergunta endereçada ao Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, Gusmão evitou polemizar.

— Não vou rebater o Ministro do Trabalho — afirmou, quando o apresentador do debate provocou-o para manifestar-se sobre o mesmo assunto de que Pazzianotto havia tratado, acrescentando que, em um regime democrático, "as divergências entre os Ministros devem ficar bem explícitas, até que o Presidente da República defina uma linha de atuação, com a qual todos devem ser solidários".

Quanto ao recente pronunciamento, em que cobrou a aplicação da Lei de Greve herdada do Governo anterior, Gusmão disse que, quando existe risco de comoção social, a Lei é o instrumento adequado para solucionar a situação e deve ser aplicada.

Após a decisão do Congresso sobre o assunto das greves, acrescentou, restará apenas o acatamento à nova Lei.

Ao fim dos debates, Roberto Gusmão e Almir Pazzianotto fizeram questão de conversar e posar juntos, mostrando clima de conciliação entre ambos.

